

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

MBA EXECUTIVO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MBA EXECUTIVO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

DISCIPLINA: CONTRATOS IMOBILIÁRIOS
RESUMO
Ao estudar direito contratual, devemos ter como norte os arts. 5 e 170 da Constituição Federal, que fixam o direito à propriedade e a função social da propriedade como direitos e garantias fundamentais dos indivíduos e da coletividade e como princípio geral da atividade e ordem econômica. Estabelecido o princípio norteador na Constituição Federal, deve o profissional e estudante do Direito Imobiliário compreender e aplicar o regramento geral dos contratos (teoria geral e contratos em espécie), que se dá pelo Código Civil brasileiro (Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002), que, conforme leciona o jurista Carlos Roberto Gonçalves, disciplina a vida das pessoas (ou antes mesmo dela, ao tratar de prole eventual e embrião excedentário) desde a concepção até depois da morte (eficácia de testamento e memória dos mortos).
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO LEGISLAÇÃO QUE TRATA SOBRE A TEORIA GERAL DOS CONTRATOS CONCEITO DE CONTRATO E DE CONTRATO IMOBILIÁRIO PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO CONTRATUAL PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO CONTRATO
AULA 2 INTRODUÇÃO EFEITOS DOS CONTRATOS REGRAS DE INTERPRETAÇÃO DOS CONTRATOS REVISÃO DOS CONTRATOS EXTINÇÃO DO CONTRATO
AULA 3 INTRODUÇÃO DISTINÇÃO ENTRE MATRÍCULA, ESCRITURA PÚBLICA E INSTRUMENTO PARTICULAR CONTRATO DE COMPRA E VENDA – DISPOSIÇÕES GERAIS CONTRATO DE COMPRA E VENDA: CLÁUSULAS ESPECIAIS CONTRATO DE COMPRA E VENDA: ASPECTOS PRÁTICOS
AULA 4 INTRODUÇÃO CONTRATO DE LOCAÇÕES - DISPOSIÇÕES GERAIS II CONTRATO DE LOCAÇÕES - DISPOSIÇÕES GERAIS III DISPOSIÇÕES ESPECIAIS - LOCAÇÃO RESIDENCIAL E PARA TEMPORADA DISPOSIÇÕES ESPECIAIS - LOCAÇÃO NÃO RESIDENCIAL
AULA 5 INTRODUÇÃO CONTRATO DE DOAÇÃO CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO

CONTRATO DE FIANÇA
CONTRATO DE TROCA OU PERMUTA

AULA 6

INTRODUÇÃO
CONTRATOS DE CESSÃO DE DIREITOS
CONTRATOS AGRÁRIOS
CONTRATO DE CORRETAGEM
CONTRATO DE COMISSÃO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. _____. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm.
- CBIB – CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. Indicadores Imobiliários Nacionais 2020. Disponível em: <http://www.cbicdados.com.br/menu/mercado-imobiliario/indicadores-imobiliarios-nacionais>.
- COELHO, F. U. Curso de Direito Civil. Volume 3: contratos. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA:

ESTRATÉGIA DE MARKETING NA ERA DIGITAL

RESUMO

Você deve estar se perguntando se as estratégias são muito diferentes das aplicadas há alguns anos? Embora muitas ações de marketing tenham sido alteradas ao longo do tempo, alguns princípios básicos da estratégia de marketing se mantêm, sofrendo pequenas alterações. Vamos desvendá-las juntos? O valor é um dos principais temas de estudo do marketing. Segundo a Associação Americana de Marketing, principal instituição de estudos na área: O marketing é a atividade, conjunto de instituições e processos para criar, comunicar, entregar e trocar ofertas que têm valor para consumidores, clientes, parceiros e sociedade em geral. A definição da função de marketing apresentada reforça que a área só cumpre seus objetivos quando o que é ofertado tem valor para seus stakeholders, os quais são pessoas ou empresas com interesses no resultado ou operações da empresa. Nesta disciplina, focaremos no valor para um stakeholder específico: o cliente.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
DEFINIÇÃO DE VALOR E SUAS CONCEPÇÕES
O VALOR EM NEGÓCIOS E PRODUTOS DIGITAIS
ANÁLISE SWOT
ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS DE PORTER

AULA 2

INTRODUÇÃO
ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA DE MARKETING
USO DE DASHBOARDS COMO APOIO À DECISÃO
INDICADORES DE DESEMPENHO
CONCORRENTES NA ERA DIGITAL

AULA 3

INTRODUÇÃO
ESTRATÉGIAS DE BRANDING
POSICIONAMENTO DE MARCA NA ERA DIGITAL
IMPACTOS DA ESCOLHA DE PARCEIROS
BRANDING EM PEQUENOS NEGÓCIOS E STARTUPS

AULA 4

INTRODUÇÃO
RELAÇÃO ENTRE PRODUTOS E MARCAS
O PAPEL DOS SERVIÇOS NA ERA DIGITAL
ESTRATÉGIAS DE PRECIFICAÇÃO
TENDÊNCIAS DE PRECIFICAÇÃO

AULA 5

INTRODUÇÃO
DECISÕES DE GERENCIAMENTO DE CANAIS
CONFLITOS DE CANAIS
AS ESTRATÉGIAS MULTICHANNEL E OMNICHANNEL
SHOWROOMING E WEBROOMING

AULA 6

INTRODUÇÃO
COMUNICAÇÃO INTEGRADA DE MARKETING
MIX DE COMUNICAÇÃO NA ERA DIGITAL
MÉTRICAS DE DESEMPENHO DE COMUNICAÇÃO
TENDÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO NA ERA DIGITAL

BIBLIOGRAFIAS

- KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. Marketing 4.0. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.
- KOTLER, P.; KELLER, K. L. Administração de marketing. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

DISCIPLINA:

LEGISLAÇÃO APLICADA E DIREITO DO CONSUMIDOR

RESUMO

Os direitos fundamentais em nossa Constituição Federal; esta também confere poder ao povo e institui, assim, o regime democrático em nosso país, o que legitima as manifestações populares. E o conhecimento desses direitos fundamentais importa ao cidadão e a todos os profissionais inseridos em qualquer atividade econômica, uma vez que cabe não só ao Estado, mas também a toda sociedade (no que se incluem as empresas prestadoras de serviços e produtoras de bens de consumo), velar pela preservação e garantia dos direitos fundamentais constitucionais. Assim, os temas desta disciplina são de conhecimento obrigatório não apenas para a nossa vida privada como também para a profissional, para que se possa preservar os ditames constitucionais pelo bem de todos. Veremos ainda debates que dizem respeito à defesa do cidadão-consumidor, especialmente os que estão

ligados ao marketing, têm ocupado cada vez mais espaço no cenário nacional, mostrando-se presentes no dia a dia da população. Visando proporcionar ao acadêmico um contato com a estrutura do Direito do Consumidor atual, esta disciplina aborda aspectos históricos e legislativos dessa área. Assim, o aluno será capaz de compreender as interligações do Direito do Consumidor com a legislação pertinente e refletir sobre as repercussões relacionadas à defesa do cidadão-consumidor na sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

DIREITO CONSTITUCIONAL
DIREITOS FUNDAMENTAIS
A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO
OS DIREITOS ECONÔMICOS
LIBERDADE ECONÔMICA E EMPREENDEDORISMO

AULA 2

DIREITO DO TRABALHO
SALÁRIO E REMUNERAÇÃO
ADICIONAIS AO SALÁRIO
RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO
REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E VENDA EXTERNA

AULA 3

INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL
CAPACIDADE CIVIL
NEGÓCIO JURÍDICO
OBRIGAÇÕES
DIREITO DOS CONTRATOS

AULA 4

CONTRATOS EM ESPÉCIE I
CONTRATOS EM ESPÉCIE II
EXTINÇÃO DOS CONTRATOS
CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR
EXECUÇÃO E FALHAS

AULA 5

DIREITO EMPRESARIAL E LGPD
SOCIEDADES
EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E MEI
RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS
ENCERRAMENTO DAS SOCIEDADES E FALÊNCIA

AULA 6

DIREITO DO CONSUMIDOR E LEI GERAL DE PROTEÇÃO AO DADOS (LGPD)
RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR E PRÁTICAS ABUSIVAS
FATO E VÍCIO DOS PRODUTOS

DANOS MORAIS
RELAÇÕES DE CONSUMO NA ERA DIGITAL

BIBLIOGRAFIAS

- AZEVEDO, N. Q. de. Direito do consumidor. [livro eletrônico] Curitiba: InterSaberes, 2015.
- MAMEDE, G. Direito empresarial brasileiro: direito societário, sociedades simples e empresárias. v. 2. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- SARLET, I. W.; MARINONI, L. G.; MITIDIERO, D. Curso de direito constitucional. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

DISCIPLINA:
REGISTRO IMOBILIÁRIO

RESUMO

Segundo projeções do IBGE, em 2017 o Brasil contava com uma população de 206.804.741 de pessoas. Destas, de idade de 18 até 70 anos, temos uma população de 141.435.094. Em tese, isso significaria que, nesse recorte, temos 1,13 processo por habitante, considerando que em cada pólo do processo existem duas partes, sem levarmos em consideração outras variáveis. Ainda segundo o Justiça em números, “em média, a cada grupo de 100 mil habitantes, 12.519 ingressaram com uma ação judicial no ano de 2017”. Além disso, o custo do Poder Judiciário em 2017 foi de R\$ 90,8 bilhões. Se considerarmos o PIB de 2017, no importe de R\$ 6.559,9 bilhões, temos que o custo com tais processos judiciais chega a 1,3% do PIB brasileiro. Nesse cenário, questiona-se: qual o papel do registrador imobiliário? De que forma a legislação atual o preserva, visando a pacificação social e a criação, modificação e alteração dos direitos reais? Por isso, é mister analisar as atribuições do registrador imobiliário, ou seja, suas atividades diárias, focando principalmente suas obrigações em vista da Constituição Republicana, da Lei de Registros Públicos (LRP), suas recentes alterações, e da Lei dos Notários e Registradores (LNR).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

LEI DE REGISTROS PÚBLICOS (6.015/1973)

LEI DE REGISTROS PÚBLICOS 2 (6.015/1973)

LEI DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES (8935/1994)

OUTRAS ATRIBUIÇÕES

AULA 2

INTRODUÇÃO

DO PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO

SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

LOTEAMENTOS

CONDOMÍNIOS

AULA 3

INTRODUÇÃO

ÓRGÃOS E COMPETÊNCIA

CUMPRIMENTO DAS NORMAS AMBIENTAIS NA ESFERA FEDERAL: PARTE 1

CUMPRIMENTO DAS NORMAS AMBIENTAIS NA ESFERA FEDERAL: PARTE 2

CUMPRIMENTO DAS NORMAS AMBIENTAIS NAS ESFERAS ESTADUAL E MUNICIPAL

AULA 4

INTRODUÇÃO
PROCEDIMENTO DE RETIFICAÇÃO
DÚVIDA
USUCAPIÃO
PROCEDIMENTOS DE USUCAPIÃO

AULA 5

INTRODUÇÃO
PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO
QUALIFICAÇÃO NA PRÁTICA TÍTULO EXTRAJUDICIAL
QUALIFICAÇÃO NA PRÁTICA RETIFICAÇÃO
QUALIFICAÇÃO NA PRÁTICA USUCAPIÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO
EMOLUMENTOS 2
PROVIMENTOS: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 1
PROVIMENTOS: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA 2
CÓDIGO DE NORMAS DAS CORREGEDORIAS DE JUSTIÇA

BIBLIOGRAFIAS

- _____. Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 jul. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm.
- _____. Projeto de Lei do Senado n. 235, de 2015. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120809>.
- _____. Lei n. 13.286, de 10 de maio de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 maio 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13286.htm.

DISCIPLINA:

PROCESSOS DE COMPRA, VENDA, LOCAÇÃO E PERMUTA DE IMÓVEIS

RESUMO

Nesta disciplina, iremos investigar com profundidade as principais operações do mercado imobiliário, e estudar as tendências contemporâneas e novas modalidades de contratações. Como o conteúdo é extenso e instigante, vamos aproveitar esta aula para, objetivamente, apresentarmos um panorama das operações imobiliárias. Inicialmente, estudaremos a importância desse tópico na realidade prática do corretor de imóveis. A compreensão do propósito de estudo, para além da simples formalidade de se obter o diploma, é essencial para nos interessarmos pela matéria e agir com segurança durante a experiência profissional. Na sequência, abordaremos a diferença entre os chamados direitos reais — os direitos que os sujeitos têm sobre as coisas — e os direitos pessoais, a fim de esclarecer a nítida separação entre os acordos verbais eventualmente celebrados no cotidiano, e a formalidade dos contratos no espaço das transações imobiliárias. O terceiro tema da aula

apresenta uma exposição geral sobre a transmissão de bens imóveis e servirá de base para compreensão da dinâmica das três grandes operações imobiliárias: (i) venda e compra; (ii) locação; e (iii) troca. Por fim, trataremos da operação imobiliária como processo. A hipótese de fundo é que, ao nos debruçarmos sobre as operações imobiliárias, não estamos diante de atos isolados, mas em um movimento complexo, que reúne diversas atividades ordenadas para a realização de um fim.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1 À AULA 6

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

BIBLIOGRAFIAS

- COUTO E SILVA, C. A obrigação como processo. São Paulo: FGV, 2011.
- LÔBO, P. Direito civil: contratos (vol. 3). São Paulo: Saraiva, 2018.
- TARTUCE, F. Direito civil: direito das coisas (vol. 4). São Paulo: Saraiva, 2016.

DISCIPLINA:

TRIBUTOS NAS RELAÇÕES IMOBILIÁRIAS

RESUMO

Por Sistema Tributário Nacional deve-se entender o universo de normas jurídicas que versem sobre tributos e temas acessórios, organizadas como uma unidade lógica e coordenada (Nogueira, 1986). O STN inclui desde a Constituição Federal e suas emendas e passando pelas leis complementares, resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, Constituições e leis estaduais e em leis municipais (inclusive suas Leis Orgânicas). (CTN, art. 2º).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

NOÇÕES SOBRE SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

PRINCÍPIOS GERAIS E LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR - TEMAS GERAIS

NOÇÕES GERAIS SOBRE IMPOSTOS E REPARTIÇÃO DE RECEITAS NO STN

RELAÇÕES ENTRE O DIREITO TRIBUTÁRIO E OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS

AULA 2

INTRODUÇÃO

NOÇÕES SOBRE SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

PRINCÍPIOS GERAIS E LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR - TEMAS GERAIS

NOÇÕES GERAIS SOBRE IMPOSTOS E REPARTIÇÃO DE RECEITAS NO STN

RELAÇÕES ENTRE O DIREITO TRIBUTÁRIO E OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS

AULA 3

INTRODUÇÃO

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU)

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)

IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (ITBI)

IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E POR DOAÇÃO DE

QUAISQUER BENS E DIREITOS

AULA 4

INTRODUÇÃO
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA
SOLIDARIEDADE PASSIVA TRIBUTÁRIA
RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA (NOÇÕES GERAIS)
RESPONSABILIDADE POR TRANSFERÊNCIA

AULA 5

INTRODUÇÃO
TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS
RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES
DECADÊNCIA TRIBUTÁRIA
PRESCRIÇÃO TRIBUTÁRIA

AULA 6

INTRODUÇÃO
NORMAS GERAIS SOBRE FISCALIZAÇÃO
DÍVIDA ATIVA E CERTIDÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO: NOÇÕES
PROCESSOS JUDICIAIS TRIBUTÁRIOS

BIBLIOGRAFIAS

- CARVALHO, P. Curso de Direito Tributário. 8, 10 e 14 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1996, 1998, 2005.
- TORRES, H. Tributo precisa respeitar valores constitucionais. Consultor Jurídico (Revista Eletrônica). 27 de março de 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-mar-27/consultor-tributario-tributo-respeitarvalores-constitucionais>. Acesso em: 26 jul 2021.
- AMARO, L. Direito Tributário Brasileiro. 10 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

DISCIPLINA:

MEIOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS IMOBILIÁRIOS

RESUMO

Esta aula tem por objetivo preliminar delimitar os mecanismos extrajudiciais e judiciais utilizados para superação dos conflitos na área, sendo que, nesta aula, o foco será apenas geral, já que os próximos conteúdos servirão para pormenorizar os procedimentos voltados à proteção de bens e direitos concretos; após, o objetivo mudará o foco integralmente para a arbitragem como meio alternativo para solução de pendências na seara imobiliária.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAIS E JUDICIAIS: PARTE GERAL
ATUAÇÃO NO ÂMBITO REGISTRAL: PRENOTAÇÃO, DÚVIDA REGISTRAL E
RETIFICAÇÃO DO TÍTULO
ARBITRAGEM COMO MECANISMO ALTERNATIVO
PROCEDIMENTO ARBITRAL

AULA 2

INTRODUÇÃO

O PRAZO DE TOLERÂNCIA E A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA DOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A COBRANÇA DE JUROS DE OBRA

O DESCUMPRIMENTO DOS CONTRATOS DE INCORPORAÇÃO OU CONSTRUÇÃO

RESOLUÇÃO POR CULPA EXCLUSIVA DA CONSTRUTORA/INCORPORADORA

O DESCUMPRIMENTO DO CONTRATO: INDENIZAÇÕES

AULA 3

INTRODUÇÃO

QUÓRUNS DE VOTAÇÃO EM ASSEMBLEIA: NULIDADE E ANULAÇÃO

A AÇÃO DE COBRANÇA E A EXECUÇÃO DE DÍVIDAS CONDOMINIAIS

O DIREITO DE VIZINHANÇA: PREJUÍZOS DE TERCEIROS E EXCLUSÃO

A LIMITAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE: LOCAÇÃO POR APLICATIVOS

AULA 4

INTRODUÇÃO

AS ESPÉCIES DE BENS: AQUISIÇÃO, TRANSMISSÃO E PERDA DA PROPRIEDADE

A DESAPROPRIAÇÃO DIRETA E INDIRETA

A SERVIDÃO

A DIVISÃO E A DEMARCAÇÃO

AULA 5

INTRODUÇÃO

A AQUISIÇÃO, TRANSMISSÃO E PERDA DA POSSE

REINTEGRAÇÃO DE POSSE, MANUTENÇÃO DE POSSE E INTERDITO PROIBITÓRIO

A AÇÃO REIVINDICATÓRIA E A IMISSÃO DE POSSE

AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO

AULA 6

INTRODUÇÃO

A USUCAPIÃO DE BENS MÓVEIS

AS ESPÉCIES DE USUCAPIÃO DE BENS IMÓVEIS

A USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL DE BENS IMÓVEIS

A AÇÃO DE USUCAPIÃO DE BENS IMÓVEIS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Apelação Cível 22291 RS 2003.71.00.022291-9, Relator: Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, Data de Julgamento: 29/05/2007, Terceira Turma. Diário Eletrônico, 6 jun. 2007.
- MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Apelação Cível 10470120006213004 MG, Relator: Arnaldo Maciel, Data de Julgamento: 04/07/2017, Câmaras Cíveis / 18ª Câmara Cível. Diário de Justiça Eletrônico, 10 jul. 2017.
- SCAVONE JUNIOR, L. A. Direito imobiliário: Teoria e Prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

DISCIPLINA:

LEI DE REGISTROS PÚBLICOS
RESUMO
<p>É preciso sempre ter em mente a diferença entre a atividade notarial e a atividade registral, sem embargo do aprofundamento que essas atividades terão no desenvolvimento das demais disciplinas deste curso. Referindo-se aos conjuntos de normas aplicáveis às atividades notarial e registral, chamados de direito notarial ou direito registral, Loureiro, 2016, p. 48) afirma: “[...] a única similitude entre um e outro direito é a finalidade precípua de ambos os microssistemas, que é a segurança jurídica preventiva [...]”. E ainda conclui: “No que concerne ao modo de atuação, às competências e atribuições, há diferenças consideráveis nas normas que formam os direitos notarial e de registro” (Loureiro, 2016, p. 48). Portanto, o que percebemos é que a atuação dos agentes delegados no Brasil se dá na esfera de atribuições diferenciadas entre notários e registradores, cada qual atuando segundo atribuições que lhe são específicas para, ao final, ambos convergirem para o mesmo fim, qual seja, a segurança jurídica.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>AULA 1 INTRODUÇÃO COMPREENDENDO OS OBJETIVOS DO SERVIÇO REGISTRAL PUBLICIDADE, AUTENTICIDADE, SEGURANÇA E EFICÁCIA DOS ATOS JURÍDICOS O SERVIÇO REGISTRAL NA LRP E SUAS ATRIBUIÇÕES CONCLUSÃO DA AULA E ANÁLISE DO CASE</p>
<p>AULA 2 INTRODUÇÃO DA ESCRITURAÇÃO DO REGISTRO ELETRÔNICO DA ORDEM DO SERVIÇO, DA PUBLICIDADE E CONSERVAÇÃO DOS ATOS REGISTRALIS DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS REGISTRADORES</p>
<p>AULA 3 INTRODUÇÃO REGISTRO DE NASCIMENTO REGISTRO DE CASAMENTO PRINCIPAIS ASPECTOS SOBRE O REGISTRO DE ÓBITO EMANCIPAÇÃO, INTERDIÇÃO E AUSÊNCIA</p>
<p>AULA 4 INTRODUÇÃO ESCRITURAÇÃO NO RCPJ DO SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS A ESCRITURAÇÃO NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS ORDEM DO SERVIÇO NO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS</p>
<p>AULA 5 INTRODUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DO REGISTRO DE IMÓVEIS</p>

O REGISTRO E A AVERBAÇÃO
DA ESCRITURAÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEIS
DO PROCESSO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO

AULA 6

INTRODUÇÃO

DOS TÍTULOS A SEREM REGISTRADOS NO REGISTRO DE IMÓVEIS
MATRÍCULA IMOBILIÁRIA, REGISTRO, AVERBAÇÃO E CANCELAMENTO
REGISTRO TORRENS E REGISTRO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA
DISPOSIÇÕES FINAIS DA LRP

BIBLIOGRAFIAS

- BRAGA, R.; REIS, L. Direito civil facilitado: parte geral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- DEBS, M. E. Legislação notarial e de registros públicos comentada. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.
- RODRIGUES, M. Tratado de registros públicos e direito notarial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DISCIPLINA:

COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL

RESUMO

A disciplina apresentará a evolução dos conceitos, os princípios e objetivos da comunicação organizacional, sua importância, evolução e crescimento, o ato de comunicação, os elementos e níveis de linguagem. Também tratará sobre o processo nas organizações: níveis, barreiras, fluxos e redes (formal e informal), a comunicação organizacional e a administração atual. Falaremos ainda sobre a situação do mercado e os efeitos da globalização, as formas de comunicação nas organizações, gerencial e administrativa, o endomarketing e sua importância para a gestão nas organizações, sua relação com a organização da empresa e a administração das pessoas, seus canais e técnicas, comunicação institucional, imagem organizacional e a função da comunicação integrada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITO

FUNÇÕES E PROCESSOS

POLÍTICAS

ESTRATÉGIA

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

AULA 2

COMUNICAÇÃO INTERNA

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA

COMUNICAÇÃO MERCADOLÓGICA

COMUNICAÇÃO INTEGRADA

AULA 3

CONEXÃO COM OS PÚBLICOS

FUNCIONÁRIOS

CLIENTES

STAKEHOLDERS
COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL MODERNA

AULA 4

FERRAMENTAS DA COMUNICAÇÃO INTERNA
FERRAMENTAS DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL
FERRAMENTAS DA COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA
FERRAMENTAS DA COMUNICAÇÃO MERCADOLÓGICA
LINGUAGENS

AULA 5

FLUXO DE COMUNICAÇÃO ASCENDENTE
FLUXO DE COMUNICAÇÃO DESCENDENTE
FLUXO DE COMUNICAÇÃO HORIZONTAL
FLUXO DE COMUNICAÇÃO CIRCULAR
FLUXO DE COMUNICAÇÃO TRANSVERSAL

AULA 6

QUEM É O PROFISSIONAL DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL?
A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA
ERA DIGITAL
PRINCIPAIS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL
ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS

BIBLIOGRAFIAS

- ABBUD, M. E. O. P; LIMA, M. D. C. Comunicação organizacional: histórico, conceitos e dimensões. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte. Manaus, 28 a 30 maio 2015. Disponível em:
<http://www.portalintercom.org.br/anais/norte2015/resumos/R44-0415-1.pdf>.
- SCROFERNEKER, C. M. A. Perspectivas teóricas da comunicação organizacional. Boletín Temático Alaic, S.d. Disponível em:
<http://www.eca.usp.br/associa/alaic/boletin11/cleusa1.htm>.
- REIS, K. Comunicação organizacional: desafios para deixá-la mais fluída. Cultura Colaborativa, 19 jul. 2016. Disponível em:
<https://culturacolaborativa.socialbase.com.br/comunicacao-organizacionaldesafios/>.

DISCIPLINA:
GESTÃO DE PESSOAS

RESUMO

Neste material iremos abordar introdução à gestão de pessoas, visão geral da gestão de pessoas; papel da área de recursos humanos; processo evolutivo da gestão de pessoas; gestão de pessoas no Brasil; tendências e perspectivas para a gestão de pessoas; planejamento estratégico de RH; gestão de talentos; processos de movimentação de pessoas, recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento de pessoas, avaliação de desempenho e valorização de pessoas; gestão por competências; processos de orientação e acompanhamento de pessoas; educação corporativa; desenvolvimento organizacional; segurança e saúde no trabalho; qualidade vida no trabalho; motivação e retenção de talentos; gestão por competências; mapeamento e implantação de competências; ética na gestão de pessoas; indicadores de recursos humanos e consultoria em recursos humanos, tendências e desafios em recursos humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
EVOLUÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS NAS ORGANIZAÇÕES
PARTICULARIDADES DA GESTÃO DE PESSOAS NO CONTEXTO ATUAL
TENDÊNCIAS FUTURAS DA GESTÃO DE PESSOAS
GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS

AULA 2

INTRODUÇÃO
GESTÃO DE CARREIRAS, REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS
QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE OCUPACIONAL
TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS
APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL E GESTÃO DO CONHECIMENTO

AULA 3

INTRODUÇÃO
MODELOS E TIPOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS
GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS NA PRÁTICA

AULA 4

INTRODUÇÃO
GESTÃO DE TALENTOS
LIDERANÇA E MOTIVAÇÃO
COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO INTERPESSOAL
GERENCIAMENTO DE CONFLITOS

AULA 5

INTRODUÇÃO
GERENCIAMENTO DE MUDANÇAS
GESTÃO DO CAPITAL CULTURAL
ÉTICA NA GESTÃO DE PESSOAS
INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAS

AULA 6

INTRODUÇÃO
GESTÃO DE EQUIPES MULTICULTURAIS
NOVOS PARADIGMAS NA GESTÃO DE PESSOAS
PRÁTICAS INOVADORAS DE GESTÃO DE PESSOAS
PRÁTICAS INOVADORAS DE GESTÃO DE EQUIPES

BIBLIOGRAFIAS

- ALBUQUERQUE, L. G. A gestão estratégica de pessoas. As pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002.
- ABREU, V. Por mais líderes com mindset digital e colaborativo. Revista Melhor, ano 25, n. 362, p. 14, 2018.

- BARRETT, R. A organização dirigida por valores: liberando o potencial humano para a performance e a lucratividade. São Paulo: Alta Books, 2018.

DISCIPLINA:
GESTÃO DE POLÍTICAS DE PREÇOS
RESUMO
Apresentaremos aqui o conceito de contabilidade de custos e política de preços e teremos a abordagem conceitual de custo, gasto, despesas e perdas. Explicaremos a classificação de custo fixo e variável, de custo direto e indireto além da classificação das despesas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 CONCEITO DE CONTABILIDADE DE CUSTOS E POLÍTICA DE PREÇOS ABORDAGEM CONCEITUAL: GASTO CUSTO, DESPESA E PERDAS CLASSIFICAÇÃO DE CUSTO DIRETO E INDIRETO CLASSIFICAÇÃO DE CUSTO FIXO E VARIÁVEL CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS
AULA 2 A IMPORTÂNCIA DO PREÇO NA ESTRATÉGIA COMERCIAL CUSTOS E SUA INFLUÊNCIA NA DECISÃO DE PREÇOS SISTEMAS DE CUSTEIO ANÁLISE DO BREAK-EVEN-POINT CUSTOS FINANCEIROS NAS OPERAÇÕES COMERCIAIS
AULA 3 MARKUP DOS CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO MÉTODOS DE DEFINIÇÃO DE PREÇOS: BASEADOS EM CUSTOS MÉTODOS DE DEFINIÇÃO DE PREÇOS: BASEADOS NA DEMANDA MÉTODOS DE DEFINIÇÃO DE PREÇOS: BASEADOS NA CONCORRÊNCIA MODELO DE FORMAÇÃO DE PREÇO BASEADO NA PERCEPÇÃO DE VALOR PELO CLIENTE
AULA 4 PREÇO COM BASE NO CUSTO PLENO OU ABSORÇÃO PREÇO COM BASE CUSTO DE TRANSFORMAÇÃO OU CONVERSÃO PREÇO COM BASE NO CUSTO MARGINAL PREÇO COM BASE NA TAXA DE RETORNO EXIGIDA SOBRE O CAPITAL INVESTIDO PREÇO COM BASE NO CUSTO PADRÃO
AULA 5 INCIDÊNCIA DE IMPOSTOS E TRIBUTOS LUCRO REAL LUCRO PRESUMIDO SUPER SIMPLES FATORES QUE IMPACTAM OS PREÇOS
AULA 6 MARGEM BRUTA

MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO
MARGEM LÍQUIDA
RETORNO SOBRE O INVESTIMENTO
RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO

BIBLIOGRAFIAS

- ASSEF, R. Guia prático de formação de preços: aspectos mercadológicos, tributários e financeiros para pequenas e médias empresas. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- CREPALDI, S. A. Curso básico de contabilidade de custos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- CRUZ, J. A. W. Gestão de custos: perspectivas e funcionalidades. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

DISCIPLINA:
GOVERNANÇA E COMPLIANCE

RESUMO

O movimento de governança corporativa se iniciou nos Estados Unidos, como reação ao desenvolvimento das grandes companhias americanas. Estas eram marcadas pela pulverização de capital, o qual era detido de forma fragmentada por diversos acionistas. Assim, se configurou uma forte separação entre a propriedade das companhias e sua gestão ou controle.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
A GOVERNANÇA PRIVADA E O DESENVOLVIMENTO DA GOVERNANÇA PÚBLICA
A GOVERNANÇA PÚBLICA
A INCORPORAÇÃO DA GOVERNANÇA PÚBLICA NO BRASIL
PRINCÍPIOS DA GOVERNANÇA PÚBLICA

AULA 2

INTRODUÇÃO
MATRIZ DE RISCOS
A RELAÇÃO ENTRE A BOA GOVERNANÇA E OS PROGRAMAS DE COMPLIANCE
INTRODUÇÃO AO COMPLIANCE
PRINCÍPIOS DO COMPLIANCE

AULA 3

INTRODUÇÃO
O COMPLIANCE OFFICER
COMO AFERIR UM PROGRAMA DE COMPLIANCE
O COMPLIANCE NO BRASIL
LEIS QUE INTERNACIONALIZARAM O COMPLIANCE

AULA 4

INTRODUÇÃO
A LEI ANTICORRUPÇÃO E O COMPLIANCE
AS MODALIDADES DE COMPLIANCE
O COMPLIANCE CRIMINAL
O COMPLIANCE NA REPRESSÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

AULA 5

INTRODUÇÃO

COMPLIANCE PÚBLICO

COMPLIANCE NAS EMPRESAS ESTATAIS BRASILEIRAS

COMPLIANCE E COMPRAS PÚBLICAS: PROJETO DE LEI N.303/2016

EXIGÊNCIA DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE NAS LICITAÇÕES

AULA 6

INTRODUÇÃO

INSTRUMENTOS PREVENTIVOS DA CORRUPÇÃO

OS PROJETOS CAPITÃES DE COMPLIANCE

NÃO SEGUIMENTO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SUBJETIVA

BIBLIOGRAFIAS

- ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 31000:2018. Disponível em: <http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=392334>.
- ALTOUNIAN, C. S.; DE SOUZA, D. L. LAPA, L. R. G. Gestão e governança pública para resultados: uma visão prática. Belo Horizonte: Fórum, 2017.
- BANCO MUNDIAL. O Banco Mundial do Brasil. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil>.